

“UMA PAISAGEM POR BAIXO DA OUTRA”: NARRATIVAS DECOLONIAIS SOBRE A NATUREZA NA TRILOGIA “AS AREIAS DO IMPERADOR” DE MIA COUTO

Julio Cesar Vieira

Roberta Barros Meira

Taiza Mara Rauen Moraes

Resumo: O presente trabalho analisa o texto literário da trilogia “As areias do Imperador” do escritor e biólogo moçambicano Mia Couto. Na obra, Mia Couto narra a guerra colonial empreendida por Portugal no sul moçambicano no ano de 1895, tendo como objetivo a captura do imperador Ngungunhane e a dissolução do Reino de Gaza, tido como a última resistência política ao poder colonial português. A partir de referenciais que dialogam com a rede de saberes tradicionais e da oralidade das culturas moçambicanas, Mia Couto constrói uma releitura do passado colonial moçambicano, apontando as marcas deixadas pela colonização e principalmente, evidenciando os processos de resistência das culturas locais. As resistências foram sendo constituídas através da mobilização de diversos fatores presente na história e nas culturas das sociedades que foram alvo dos projetos coloniais e que estão relacionadas com os seus modos de existir e de ver o mundo. No presente artigo, serão evidenciados os aspectos relacionados ao ambiente que participaram do engendramento destas resistências. Estes aspectos, por sua vez, não estão isolados e atuam em uma esfera de imbricamentos entre história e saberes tradicionais. Por fim, destaca-se que pensar os aspectos ambientais como elemento atuante na história destas sociedades e na história de resistência ao processo colonial, possibilita dialogar com noções particulares de patrimônio ambiental. Desse modo, a partir da análise histórica e do texto literário, são discutidas as narrativas de paisagens presentes nos volumes que compõem a trilogia de Mia Couto e suas contribuições para pensar o patrimônio ambiental a partir das perspectivas invisibilizadas pela narrativa eurocêntrica colonial.

Palavras-chave: Patrimônio ambiental; Mia Couto; Literatura moçambicana.

Abstract: This paper analyzes the literary text of the trilogy “Sands of the Emperor” by the Mozambican writer and biologist Mia Couto. In the book, Mia Couto narrates the colonial war waged by Portugal in southern Mozambique in 1895, aiming at capturing Emperor Ngungunhane and dissolving the Gaza Kingdom, considered the last political resistance to Portuguese colonial power. Based on references that relate to the network of traditional knowledge and the orality of Mozambican cultures, Mia Couto builds a reinterpretation of the Mozambican colonial past, pointing out the marks left by colonization and mainly, showing the resistance processes of local cultures. The resistances were formed through the mobilization of several factors present in the history and cultures of the societies that were targeted by the colonial projects and that are related to their ways of existing and seeing the world. In this article, the aspects related to the environment that participated in the engendering of these resistances will be highlighted. These aspects, in turn, are not isolated and act in a sphere of intertwining between history and traditional knowledge. Finally, it is emphasized that thinking about environmental aspects as an active element in the history of these societies and in the history of resistance to the colonial process makes it possible to dialogue with particular notions of environmental heritage. In this way, based on the historical analysis and the literary text, we discuss the landscape narratives present in the books that compose Mia Couto's trilogy and their contributions to think about environmental heritage from the

perspectives made invisible by the colonial Eurocentric narrative.

Keywords: Environmental heritage; Mia Couto; Mozambican literature.

INTRODUÇÃO

No interior do campo literário encontram-se uma variedade de temas para o “ofício de historiador” (BLOCH, 2001) e os romances históricos constituem um importante corpus documental para o estudo das narrativas históricas construídas ou incorporadas pelos literatos, pensando em contextos de passado e presente. O texto literário, portanto, assume o espaço de valiosa fonte para a análise histórica e para uma compreensão de fenômenos de resistência, emancipação, construção de identidades e referências de culturas e cosmologias. De acordo com Margarida Neves (1995, pp. 15-31), as narrativas nos textos literários encontram-se na interseção entre a ficção e a realidade e podem ser consideradas testemunhas-chave do tempo em que foram escritos.

Assim, história e literatura confluem e articulam suas especificidades epistemológicas, no intuito de pensar diferentes modos de ser e estar no mundo, bem como sobre o lugar de quem fala e o lugar do Outro que é representado. Pesavento (1995) destaca a relevância desse diálogo interdisciplinar no qual história e literatura convergem na construção de identidades, a partir de suas características compartilhadas. Chalhoub (1998) pontua alguns percursos necessários aos historiadores e historiadoras em trabalhos que mobilizam textos literários como fontes, no qual é imprescindível

[...] historicizar a obra literária – seja ela conto, crônica, poesia ou romance, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo. Em suma, é preciso desnudar o rei, tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício. (Chalhoub, 1998)

O caráter de testemunho histórico que Chalhoub (1998) expressa ao abordar o texto literário é um elemento de mobilização para a análise construída neste artigo. Incluir o texto literário no movimento da sociedade é um passo particularmente primordial quando se pensa o campo literário africano, espaço onde se vislumbra territórios de disputas e resistências. No âmbito destes territórios, textos literários, refletem e questionam sobre experiências vivenciadas durante os processos coloniais ou ainda herdadas dos processos pós-independências protagonizados por várias

destas nações. Os processos aqui referidos, no entanto, mesmo quando produzidos em cenários de emancipação e liberdade, deixam transparecer os sinais do passado colonial. -

Pensar o papel das literaturas africanas para a História requer um olhar cuidadoso para algumas de suas características principais. A primeira delas repousa no fato de constituir-se enquanto uma literatura em constante vínculo com as tradições orais que lhe dão origem e que torna a figura de escritoras e escritores africanos, bem como contadoras e contadores de histórias, figuras de prestígio e de grande responsabilidade no trabalho de escrita da história. Noa (2018) destaca que nos universos africanos não é qualquer pessoa que possui o direito de contar histórias para as comunidades, antes de tudo, a tarefa fica a cargo daquele que é iniciado, que demonstra seu domínio e talento para as técnicas da narração e que provoca o entusiasmo do público que o ouve. Assim, é “deste patrimônio oral que se funda e se alimenta parte substancial da literatura africana” (NOA, 2018, p. 79).

A segunda característica a ser pensada ao analisar as literaturas africanas é o seu envolvimento com a paisagem e com o que compreendemos como sendo o seu patrimônio ambiental. Nesse sentido, a relação que os universos africanos constroem com o ambiente através de uma interface cosmológica possibilita aos escritores e escritoras desenvolverem narrativas que são engendradas por sentidos oriundos da paisagem, ao passo em que o texto literário em si é capaz de engendrar sentidos na paisagem (CAN, 2020). É um movimento, antes de tudo, de contrapartida

Se, em algum momento, a paisagem serviu para a escrita de processos de exotização do ser e do lugar africano, como se identifica na literatura colonial, a mesma paisagem engendra outros sentidos ao ser substituída por um caráter reivindicativo nas literaturas nacionais. No plano narrativo, construído por Mia Couto, o que se observa é a força antagonista organizada pela valorização da oralidade, que busca a manutenção coletiva dessas relações com a paisagem. (VIEIRA; MEIRA; MORAES, 2020)

O escritor e biólogo Mia Couto é um dos representantes desta literatura em constante diálogo com a história de seus lugares de origem e das suas compreensões sobre o ambiente. Pseudônimo de António Emílio Leite Couto, Mia Couto nasceu na cidade da Beira, capital da província de Sofala, região sul de Moçambique. Filho de pais imigrantes que saíram de Portugal com destino a Moçambique durante a década de 1950. Influenciado pelo seu pai Fernando Couto, também poeta, Mia Couto desde jovem esteve envolvido com a cena política e cultural em Moçambique, tendo atuado junto à FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) durante a década de 1970, no contexto da luta pela independência (LARANJEIRA, 2012). Fonte?

No contexto do pós-independência, na década de 1980, Mia Couto retorna para a

universidade, onde gradua-se em Biologia, tendo posteriormente atuado nos projetos de preservação da Ilha de Inhaca, em Moçambique¹ (LARANJEIRA, 2012). A atuação de Mia Couto enquanto biólogo será destacada pelo olhar sensível desvelado ao rol de conhecimentos e saberes tradicionais de Moçambique. Em uma de suas conferências, o escritor reflete sobre sua experiência “Sou biólogo e viajo muito pela savana do meu país. Nessas regiões encontro gente que não sabe ler livros. Mas que sabe ler o seu mundo. Nesse universo de outros saberes, sou eu o analfabeto” (COUTO, 2011, p. 14).

Para Mia Couto, a relação com os conhecimentos tradicionais provenientes das pessoas com quem entrou em contato em sua atuação como biólogo tornou-se fundamental para que capturasse sensibilidades que o mantiveram seguramente afastado das suas próprias certezas, fruto da experiência científica acadêmica (COUTO, 2011). A atuação como biólogo e escritor contribuíram para que Mia Couto postula-se em ambos os espaços, aquilo que Boaventura de Sousa Santos (2010) nomeou de ecologia de saberes, ou seja, no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, de sua autonomia, e da articulação sistêmica e horizontal entre os diferentes modos de conhecimento.

A literatura produzida por escritor é caracterizada por um forte diálogo com os espaços moçambicanos, especialmente aqueles ligados ao sertão moçambicano de onde provém grande parte de sua inspiração poética e sensível. São estes espaços que marcam a diferença com o litoral, onde a presença portuguesa se expressou de forma mais atuante. As diferenças marcadas pelo interior moçambicano tratado pelo escritor e o litoral, representado pela capital colonial Lourenço Marques (Hoje, Maputo), surge em diversos momentos de sua escrita. Exemplo é a descrição feita por Imani Nsambe, a protagonista da trilogia “As areias do Imperador”, ao falar sobre a cidade de Lourenço Marques, ponto central da presença portuguesa em Moçambique

À nossa frente exhibe-se a mesma cidade que, há exatamente um ano, Zixaxa teve a ousadia de assaltar. Os brancos chamam-na de Lourenço Marques, nós a batizámos de Xilunguine. Lembro-me de como a italiana Bianca Vanzini se queixava da pequenez daquele lugar. Mas para nós, que nunca vimos uma cidade, este amontoado de ruas, casas e luzes é um motivo de deslumbramento. É por isso que lhe chamamos Xilunguine, o lugar onde se vive e se fala como os brancos. (COUTO, p. 90, 2018)

De fato, uma das marcas de sua escrita é a sensibilidade capturada pela palavra que permeia

1 Esta Ilha, situada no Oceano Índico, na Baía de Maputo, está localizada a 32 km da capital do país. Possui uma área total de 42 km² e compõe junto com a Ilha dos Portugueses, o Arquipélago de Inhaca. O nome Inhaca origina-se de uma aculturação do nome da dinastia Nhaca, proveniente de Tsonga Nhaca, um dos chefes locais que habitou a Ilha por volta do século XVI (PEREIRA; NASCIMENTO, 2016). Inhaca pertence administrativamente à região sul do país e ao município de Maputo, integrando o Distrito Municipal de Ka-Nhaca.

seus livros e o colocam no escalão dos mais representativos romancistas da África lusófona contemporânea (ALÓS, 2015). Cavacas (2006), um dos muitos nomes que buscou traçar algum perfil da biografia e do processo criativo de Mia Couto, destaca que a propensão para o olhar sensível e o envolvimento com a história de Moçambique surge para Mia Couto durante sua infância. Ainda criança se viu envolvido em fronteiras culturais destacadas, no qual suas brincadeiras eram frequentemente compartilhadas com crianças negras também nascidas na cidade da Beira e filhos de imigrantes chineses e indianos. Segundo a autora, esses contatos estabelecidos ainda em tenra idade propiciaram “aceitação plena dos modos de ser e estar de cada um dos grupos étnicos que compõem o mosaico cultural moçambicano” (CAVACAS, 2006, p. 59).

O processo de captura da sensibilidade poética de Mia Couto e o compromisso em evidenciar os aspectos relacionados às culturas locais de Moçambique em uma história que se faz autônoma e dinâmica perpassa a perspectiva da decolonialidade. O pensamento decolonial tem sua gênese nos esforços empreendidos na segunda metade do século XX, em uma crítica do pós-colonialismo e de um universalismo abstrato.

Nesse esforço, desenvolve-se “uma rede de investigação de intelectuais latino-americanos em torno da decolonialidade ou, como nomeia Arturo Escobar (2003), em torno de um programa de investigação modernidade/colonialidade” (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 16). Portanto, o projeto de decolonialidade foi entendido como “rede de pesquisadores que busca sistematizar conceitos e categorias interpretativas” (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 16).

Os intérpretes da decolonialidade, no entanto, operam outras categorias abordadas pelos teóricos latino-americanos, ao salientar que as práticas e experiências de “oposição e intervenção” mobilizadas no sistema moderno/colonial seriam, em suma, práticas decoloniais. Tendo sua origem nos contextos latino-americanos, a perspectiva decolonial amplia-se para pensar outros espaços e contextos no qual o imperativo sistema moderno/colonial atuou e permanece a atuar de formas distintas e nem sempre explícitas, como é o caso de Moçambique.

Ao propor uma visita ao passado colonial moçambicano através do texto literário, Mia Couto subscreve-se na perspectiva decolonial, sublinhando os espaços onde a ação colonial deixou suas marcas, bem como evidenciando os aspectos de resistência e resiliência ao poder colonial que foram traçados no passado e que atravessaram o tempo até o presente. Desse modo, para compreender melhor os mundos plurais que são apresentados na obra de Mia Couto e particularmente, na trilogia “As areias do Imperador”, foco desta discussão, torna-se importante

entender, ainda que brevemente, alguns aspectos da história de Moçambique.

A AÇÃO COLONIAL E A CONSTRUÇÃO DO “SER AFRICANO” NO CONTEXTO MOÇAMBICANO

Moçambique², país de origem do escritor Mia Couto e espaço onde se subscreve sua criação literária, está situado no sudeste do continente africano, sendo banhado pelo Oceano Índico, com uma extensão litorânea de 2.515 km. Localizado numa região de climas subtropical e tropical marítimo, Moçambique possui três principais rios internacionais, divididos em regiões, sendo o rio Zambeze (compartilhado com a Zâmbia e Zimbábue), no centro, o Limpopo (compartilhado com a África do Sul), ao sul, e o Rovuma (compartilhado com a Tanzânia), ao norte. Para além dos três rios principais, o território de Moçambique também é percorrido pelos rios Lúrio (605 km), Messalo (530 km), Licungo (336 km), Save (330 km), Buzi (320 km) e Maputo (150 km) (VISENTINI, 2012).

O processo de colonização de Moçambique se deu no século XVI, inicialmente no litoral, por se tratar de um importante entreposto comercial português para a aquisição das especiarias asiáticas. Este processo de dominação, em seu início, foi definido pelo objetivo de fazer circular o comércio de bens³. De fato, o que se observa é que nos primeiros séculos em que a presença portuguesa esteve no território de Moçambique, sua atuação foi estruturada a partir da criação de postos militares e pela construção de feitorias em toda a costa (CABAÇO, 2007).

Os primeiros momentos da incursão pelos territórios africanos da costa oriental foram protagonizados por aventureiros e missionários religiosos europeus e indianos, no caso de Moçambique, que penetraram no território, subiram os rios e fixaram-se esporadicamente por aqueles territórios. Cabaço (2007, p. 92) relembra que essas incursões “eram iniciativas de natureza

2 Este nome faz referência ao que foi considerado a primeira capital da colônia portuguesa, a Ilha de Moçambique. Segundo fontes históricas analisadas por René Pélissier (1987), o nome faz referência a um comerciante árabe, Mossa Al Bique ou Ben Mussa Mbiki, que viveu neste território, importante entreposto comercial e de navegação, anterior à chegada dos portugueses no século XV. Essa informação é confirmada no roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama à Ilha de Moçambique, na qual se refere que “Este lugar e ilha, a quem chamam Moçambique, estava um senhor a que eles chamavam sultão, que era como o viso-rei [...]” (COSTA E SILVA, 2012, p.75).

3 Inicialmente representado pela fase do ouro, com o escoamento de ouro no litoral, seguido do domínio das zonas produtoras do ouro no interior moçambicano. Posteriormente, seguiram-se as fases do marfim e de escravos (Portal do Governo de Moçambique, 2015). Zamparoni (2012), destaca que entre os bens explorados por europeus e árabes estavam ainda o marfim, âmbar, urzela, tabaco, pontas de rinoceronte, dentes de hipopótamo, mel, cera e cobre. O autor pontua que entre os anos de 1770 e 1850, a principal atividade econômica foi representada pelo tráfico de escravos (ZAMPARONI, 2012), destinados a lugares como o Brasil.

individual, e os europeus, isolados ou acompanhados de um punhado de homens armados a seu soldo, usavam diferentes estratégias de sobrevivência”.

Essas estratégias envolviam a formação de alianças com os potentados locais realizadas, em muitos casos, através de casamentos; e de acordos diplomáticos ou comerciais. O autor destaca que, por serem incursões individuais ou de baixo escalão, foram exceções os casos em que essas penetrações no território se deram com o uso de forças. Nos poucos casos em que isso ocorreu, foram realizadas a partir de alianças com chefes locais (CABAÇO, 2007).

Com o advento do capitalismo industrial no continente europeu, ampliaram-se as estratégias de dominação e colonização de outros territórios, tornando os processos de colonização ainda mais apurados e as violências físicas e simbólicas ainda mais explícitas. O ato simbólico do empreendimento colonial europeu no continente africano se deu em 1885, pouco menos de uma década anterior aos acontecimentos narrados nas “Areias do Imperador” com a Conferência de Berlim.

Na ocasião, o rei Leopold II da Bélgica convocara nove anos antes, em 1876, uma conferência internacional com as principais potências coloniais europeias que disputavam os territórios africanos. Neste contexto, o Império Português recorre ao discurso da legitimidade histórica, baseado no mito orquestrado pelo aparelho ideológico da colonização, na qual Portugal estaria destinado a grandes feitos, através da perpetuação por via da dominação de outros territórios - e povos, de sua força e do seu modo de vida. Assim, deu-se entre 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885 a Conferência de Berlim, oficializando a divisão do território africano entre as potências europeias. No caso de Portugal

De nada adiantaram seus protestos, em nome dos seus direitos “históricos” sobre o Congo. Perderam a influência que até então exerciam em vastos territórios da África Central. As áreas do interior, correspondentes aos ricos planaltos da Rodésia, não somente foram transferidas a outras potências, mas ficaram divididas. Além de Angola, restaram-lhes do vastíssimo império ultramarino de outrora as colônias de Moçambique e as ilhas da Guiné, Cabo Verde e São Tomé (MACEDO, 2019, p. 140).

Nesse sentido, Moçambique, por mais de dois séculos, esteve sob a administração do Estado da Índia, através de trocas comerciais, se apresentou enquanto território estratégico e de interesse para o Império português. Ressalta-se, conforme Wagner (2007, p. 74) que “a África Oriental Portuguesa não tinha nome único oficialmente reconhecido. Chamava-se Capitania ou Conquista de Moçambique e Rios, ou Capitania de Moçambique e Rios de Senna”.

A partir da Conferência de Berlim, o empreendimento colonial português nos territórios

africanos tomou novo fôlego, representado pelo incremento da exploração da mão de obra de africanos a partir de processos de escravização, tráfico de pessoas e a exploração sistematizada de recursos naturais. Uma das ações realizadas por Portugal foi utilizar o discurso da obrigação moral do trabalho como justificativa para a exploração do trabalho através de recrutamento forçado que ficou conhecido pelo termo *chibalo* (ZAMPARONI, 2012). O termo correspondeu a diferentes formas de trabalho forçado, mal pago ou não pagos, trabalhos contratados, compelidos ou escravos empreendidos pelo sistema colonial em toda a África Central e Austral. Zamparoni destaca que:

Em Moçambique, o termo designava todo tipo de trabalho conscrito, fosse ele realizado através de contratos, fosse o trabalho prisional, realizado pelos detidos por bebedeira, vadiagem e outros pequenos crimes. O sul de Moçambique conquistado passou paulatinamente a servir como reserva de força de trabalho barata: primeiro para as minas do Transvaal e mais tarde também para a Rodésia, rumavam dezenas de milhares de recrutados, fruto de acordos regionais envolvendo força de trabalho e comércio. Outros tantos eram compelidos ao trabalho dentro da própria Colônia e milhares de trabalhadores eram ainda compelidos a suprir a crescente demanda das roças cacauzeiras de São Tomé. (ZAMPARONI, 2012, p. 115)

Este processo esteve acompanhado pela reafirmação das diferenças que marcaram as relações entre colonizadores e colonizados no âmbito do discurso eurocêntrico. Diante dos sistemas de colonização, Cabaço (2007) destaca o desenvolvimento de oposições binárias no discurso da colonização, oposições que também podem ser observadas no interior das literaturas coloniais produzidas nesse tempo, como a de:

“branco e preto”, “indígena e colonizador”, “civilizado e primitivo”, “tradicional e moderno”, “cultura e usos e costumes”, “oralidade e escrita”, “sociedade com história e sociedade sem história”, “superstição e religião”, “regime jurídico europeu e direito consuetudinário”, “código do trabalho indígena e lei do trabalho”, “economia de mercado e economia de subsistência”, entre outros (CABAÇO, 2007, p. 38)

Aplicadas ao contexto de Moçambique, estas oposições binárias também foram mobilizadas pelas escolhas adotadas pelo governo lusitano para definir suas formas de organização política e econômica na colônia. Para a metrópole portuguesa, a estratégia adotada para melhor aproveitar os benefícios que a colonização poderia oferecer, foi compartimentar os territórios de Moçambique entre áreas úteis e não úteis (CABAÇO, 2007). As primeiras foram compreendidas como aquelas que poderiam trazer benefícios econômicos para Portugal, ou seja, no qual os recursos existentes como terras plantáveis ou recursos hídricos poderiam ser mobilizados pela economia colonial, seja para os projetos internos da metrópole ou ainda em favor de concessões a outras nações que pudessem explorar as áreas.

Zamparoni (2012) destaca que a prática de concessões era comum durante o período em que

Portugal colonizou o território moçambicano. Um dos exemplos abordados pelo autor diz respeito à exploração comercial de madeiras, como o acordo realizado em janeiro de 1917 entre o governo lusitano e Wardlaw Brown Thomson e Ernst Augustus Ritter. No acordo, foi disposta a permissão de exploração dos baobás no sul moçambicano, espécie presente nos mais de 225 mil km² dos distritos de Quelimane e Tete. A exploração acordada da matéria-prima serviu para a produção de papel e outros produtos.

A exploração do patrimônio florestal de Moçambique pela ação colonial é revelada também em um relatório publicado na então capital colonial, Lourenço Marques, em 1949, pelo agrônomo português Antônio de Figueiredo Gomes e Sousa. No relatório, Sousa destaca a relação existente entre exploração e a presença portuguesa no território

Desde os primeiros dias da ocupação colonial, tanto a nossa como a das outras nações, a floresta climática foi considerada como uma riqueza inesgotável que só esperava a vinda do homem branco para ser explorada. [...] Tal riqueza, porém, não era inesgotável, como depois se verificou. Um dos aspectos mais graves provocados pela derruba excessiva do arvoredo foi a alteração do meio ambiente, a qual abriu caminho a várias doenças das plantas cultivadas que, por esse motivo, quase aniquilaram as culturas (...). O abate das árvores para a obtenção de madeiras, a derruba feita pelos indígenas e europeus para a preparação das suas culturas, o consumo de lenhas e travessas para os caminhos-de-ferro, os trabalhos de combate à mosca tsé-tsé e acima de tudo o fogo, que todos os anos corrói grandes áreas de floresta natural, têm reduzido o patrimônio florestal de Moçambique a uma sombra do que foi. (SOUSA, 1949 apud MOURANA; SERRA, 2010, p. 14-15)

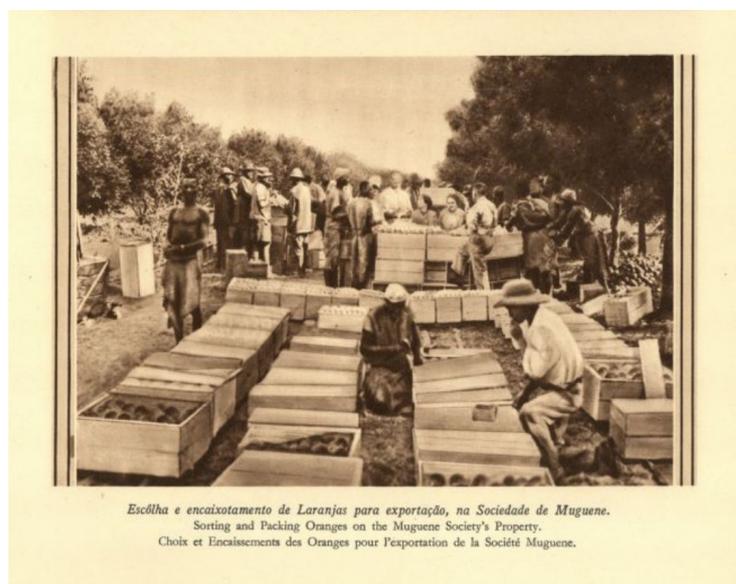
Distinguindo-se das áreas tidas como úteis para a colonização, o governo lusitano estabelecia as áreas não úteis, ou seja, aquelas que não apresentavam condições de interesse para exploração ou aquelas que se encontravam em situações no qual a exploração exigia custos elevados de investimento (CABAÇO, 2007). Nas áreas consideradas úteis ao governo colonial, instalou-se um governo direto, com altos investimentos em infraestrutura para a exploração desejada. Nas áreas não úteis, no entanto, observou-se a criação de governos indiretos com a intenção de reproduzir um “poder tradicional” monitorado por um poder central. Nessas áreas, os investimentos da metrópole limitaram-se a práticas sociais, buscando favorecer uma economia familiar ou de subsistência (CABAÇO, 2007).

Destaca-se como exemplo da organização colonial do território e da destinação dada aos usos da terra é o cultivo das laranjeiras, prática descrita e registrada por diferentes fontes e relatos que tratam da atividade colonial durante os séculos XVIII e XIX. Um desses relatos é do médico genovês Luís Vicente de Simoni que entre os anos de 1819 a 1821 atuou como físico-mor da capitania de Moçambique no Real Hospital Militar. Segundo Rodrigues “Simoni deplorava, sobretudo, a exígua variedade e a falta de excelência das frutas disponíveis em Moçambique. Dos

pomos que povoavam a Europa, apenas se encontravam ali as laranjas, os figos e as uvas, estas últimas quase em extinção” (2005, p. 646)⁴. Rodrigues menciona que o físico-mor em seu relato exalta a laranja encontrada em Moçambique, adjetivando-as como boas e belas, considerando-as um alimento muito sadio, embora não aconselhe seu consumo aos estômagos debilitados e aos temperamentos linfáticos (2005, p. 650).

As laranjas de Moçambique também foram registradas nos álbuns de propagandas elaborados pela metrópole portuguesa durante a década de 1929, no intuito de destacar a visão lusitana acerca das paisagens e das práticas cotidianas de Moçambique. O projeto, editado por José dos Santos Rufino e seus colaboradores, o tenente Mário Costa e o padre Vicente do Sacramento, intitulado “Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colônia de Moçambique”. No álbum de número 4 com registros da capital colonial Lourenço Marques, envolvendo “Indústrias, Agricultura, Aspectos das Circunscrições, etc.” são apresentados alguns registros fotográficos que protagonizam a produção de laranjas na região. Em um deles (Ver Figura 1) é possível visualizar homens trabalhando na seleção e encaixotamento das laranjas que serão exportadas, na Sociedade de Muguene, também na capital Lourenço Marques.

FIGURA 1 - Escolha e encaixotamento de Laranjas para exportação, na sociedade de Manguene



Fonte: Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colônia de Moçambique, 04 [Lourenço Marques - Indústrias, Agricultura, Aspectos das Circunscrições, etc] (1929).

4 A autora em seu artigo intitulado “Alimentação, saúde e império: o físico-mor Luís Vicente de Simoni e a nutrição dos moçambicanos” realiza uma análise a partir dos manuscritos do médico, “Tratado Médico sobre Clima e Enfermidades de Moçambique”, cujo originais estão no Centro de Estudos Africanos e Asiáticos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Os registros coloniais sobre a produção de laranjas em áreas destinadas para este fim, evidenciam o quanto as laranjas estavam presentes no cotidiano colonial de Moçambique, tanto pela questão econômica e agrária a qual a colonização portuguesa se apropriou, mas também por outras relações que escapavam à atenção ou ao interesse português. Isto é exemplificado pela utilização da laranja para a produção da Shilaranjana, uma bebida destilada feita com o sumo da laranja, água, açúcar e levedura de cerveja⁵ e que era consumida pelos nativos. Produção repudiada pelo sistema colonial português, que por muitas vias buscou inibir o consumo de bebidas alcoólicas locais, incentivando a substituição por bebidas alcoólicas de fabricação europeia (RODRIGUES, 2005).

A presença da laranja no cotidiano colonial moçambicano também é registrada por Mia Couto em seu texto literário para firmar as distinções entre as culturais locais e o olhar europeu. Germano de Melo, o sargento português de “As areias do imperador”, com o uso de expressões que pontuaram o desejo de diferenciar a figura do colonizador e dos sujeitos colonizados, descreve a relação dos habitantes locais de Nkokolani com as laranjeiras: “Aqueles são as árvores sagradas daqueles chopes⁶. Acreditam estes cafres⁷ que as laranjeiras os defendem dos feitiços, os seus piores inimigos. Quem sabe eu mesmo venha a plantar uma árvore no meu quintal? Se não der proteção, sempre dará fruto e sombra” (COUTO, 2015, p. 77).

A atuação do colonialismo ou da ordem colonial se verificou na presença de uma perspectiva eurocêntrica, representada por políticos, administradores, religiosos, cientistas sociais, entre outros, que durante todo o processo de dominação portuguesa pensaram sobre a questão colonial e os diversos entraves que esse empreendimento trazia consigo⁸. Esses diversos sujeitos atuaram na criação de contrastes entre os valores ocidentais europeus e a experiência colonial, contrapondo a ideia de tradição e modernidade, na qual, a última “seria definida como aquilo que substancialmente se opõe aos valores, aos sistemas de referência, em suma, às epistemes oriundas da tradição”

5 ALBERTO, Simões Manuel. Elementos para um vocabulário etnográfico. Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1965. p. 223.

6 Grupo étnico do sul de Moçambique, localizado na planície do rio Inharrime e na província de Gaza (No plural, Chopos ou VaChopos e no singular, Muchope).

7 O termo cafre, utilizado na narrativa por personagens de origem portuguesa, refere-se a forma como africanos que viviam na região da Costa Oriental da África foram designadas pelos colonizadores portugueses. De acordo com Wagner (2007), na definição descrita pelo dicionário de Bluteau do século XVIII, “cafre era o nome que os ‘árabes dão a todos os que negão a unidade de um Deus’, também poderia ser entendido como povo ‘sem lei, e a esses povos se deu esse nome [cafre], como gente bárbara, quem não tem lei, nem religião” (Bluteau, 1712, p.36).

8 Um exemplo deste processo pode ser verificado na construção de uma literatura colonial em Moçambique, que por muitas vezes legitimou a ação da metrópole lusitana nos territórios africanos, convergindo para a afirmação do mito do direito português de expansão dos seus territórios. Sobre a construção de uma literatura colonial em Moçambique ver Laranjeira (2001).

(SARR, 2019, p. 31). Essas contradições definiram aquilo que Mudimbe (2019) nomeou como biblioteca colonial, na qual as tradições africanas foram esquematizadas e postas em uma “temporalidade imóvel, refratária à marcha da História e do progresso” (SARR, 2019, p. 31).

“AS AREIAS DO IMPERADOR” E AS NARRATIVAS SOBRE O PATRIMÔNIO AMBIENTAL

Compreender alguns aspectos referentes à história de Moçambique e especialmente, os impactos da experiência colonial para as estruturas e relações existentes neste território é imprescindível para capturar algumas das sensibilidades construídas pelo escritor Mia Couto em seu texto literário. A trilogia “As areias do imperador” é um claro exemplo disso. O primeiro volume, “Mulheres de Cinzas” foi publicado no Brasil em 2015. Uma parte da obra foi produzida pelo autor pela concessão de uma bolsa da Civitella Ranieri Foundation (CRF), um programa de residência para escritores, compositores e artistas visuais de todo o mundo. O programa tem como objetivo incentivar seus criadores a desenvolverem e potencializarem seus trabalhos a partir de trocas de ideias e vivências (CIVITELLA RANIERI, 2021).

Os volumes subsequentes da trilogia são intitulados “Sombras da Água” e “O bebedor de horizontes” e foram publicados no Brasil pela editora Companhia das Letras nos anos de 2016 e 2018, respectivamente⁹. O enredo da narrativa é ambientado na região sul de Moçambique, especialmente o território que abrangeu o Estado de Gaza, considerando o último grande reino moçambicano que articulou resistência ao poder colonial lusitano, representado pela figura de seu líder Ngungunhane¹⁰. A história, portanto, se passa em finais do século XIX, especificamente no ano

9 A trilogia angariou prêmios literários após sua publicação, entre eles o Prêmio Jan Michalski de Literatura 2020 pela edição francesa da trilogia, publicada em volume único no país, em 2020. Na ocasião, o júri celebrou a “excepcional qualidade da escrita, que mistura sutilmente oralidade e narrativa, cartas, contos, fábulas, sonhos e crenças que estão no cerne de uma realidade histórica, a de Moçambique no final do século XIX em luta com a Colonização portuguesa” (FONDATION JAN MICHALSKI, 2020, tradução nossa). Pela edição francesa, Mia Couto também recebeu o prêmio Albert Bernard 2020, atribuído pela Academia Francesa de Ciências do Ultramar, sendo o primeiro escritor da África Austral a ser laureado com o prêmio.

10 Sobre a história deste império moçambicano, o sítio eletrônico do governo da Província de Gaza traz a seguinte descrição: “O Império de Gaza é fundado pelo povo nguni (vátuas ou aungunes, na terminologia colonial), um dos ramos dos zulus. Vêm do sul empurrados pela guerra civil que lavra desde o início do século. O chefe Sochangane (avô de Ngungunhane), depois chamado Manukuse, alarga o reino - a que dá o nome de Gaza em homenagem ao seu bisavô - e estabelece a capital em Chaimite, mais tarde tornada na aldeia sagrada dos ngunis. Com a morte de seu pai Mzila, Ngungunhane sobe ao trono após uma batalha fratricida com seus outros irmãos. Cognominado o “Leão de Gaza”, o seu reinado estendeu-se de 1884 a 28 de Dezembro de 1895, e o império espalhou-se do rio Incomáti à margem esquerda do Zambeze, e do oceano Índico ao curso superior do rio Save. Na ascensão de Ngungunhane, os portugueses enviaram emissários em 1885 que tentaram que ele assinasse tratados que reconhecesse a soberania de Portugal na região. Isso foi inaceitável para Ngungunhane que se recusou a assinar. A 7

de 1895, narrando a campanha de captura do líder moçambicano pelo governo português.

A operação militar que culminou na prisão de Ngungunhane e a consequente destituição do Reino de Gaza, sob comando dos militares António Ennes e Mousinho de Albuquerque, Zamparoni (2012) demarca que para além da ocupação do território, houve a intenção, por parte dos representantes portugueses, de destituir a imagem simbólica que o líder moçambicano representava. De fato, o poder representado por Ngungunhane em grande parte do território sul apresentava-se como uma ameaça real às intenções da Coroa portuguesa de demonstrar seu poderio na região e de invisibilizar as referências culturais e políticas locais, fator essencial para o sucesso da ação colonizadora.

Assim, a campanha militar de captura do imperador moçambicano não foi suficiente, tendo o oficial de cavalaria Mousinho de Albuquerque registrado o objetivo de que suas tropas atacassem e destruíssem todos os lugares que representassem a memória do reinado local, como os lugares onde os antepassados do Ngungunhane estavam enterrados. Uma ação como essa comprometeria o elo sagrado constituído pela relação ancestral que simboliza o Reino de Gaza e que marcava sua importância (ZAMPARONI, 2012). Em “As areias do imperador” esse passado histórico de Moçambique é compartilhado com as histórias e vivências pessoais de duas personagens fictícias: Imani Nsambe, uma jovem moçambicana que vive no vilarejo de Nkokolani e o sargento Germano de Melo, enviado para um interposto militar improvisado no pequeno vilarejo e que é apresentado na narrativa através de suas cartas.

Em entrevista concedida à rádio francesa RFI, o escritor Mia Couto contou sobre a escolha do título da trilogia, “As areias do Imperador”. A escolha pelo título faz referência ao episódio de restituições dos restos mortais do líder Ngungunhane, no contexto das celebrações dos dez anos de independência moçambicana, em 1985. À época, o então presidente Samora Machel realizou um pedido formal ao governo português pela restituição. Os restos mortais de Ngungunhane, falecido em 1906, no entanto, eram impossíveis de serem localizados. Em acordo firmado, foi retirado do cemitério açoriano Angra do Heroísmo um pouco de terra, colocada em uma urna decorada com motivos da vida política, militar e social de Ngungunhane, um trabalho comandado pelos artistas moçambicanos Malangatana Valente e Paulo Come (GARCIA, 2008). As areias do imperador,

de Novembro de 1895 dá-se em Coolela um confronto directo entre portugueses e Ngungunhane no império de Gaza, que encetou uma fuga de Mandlakaze refugiando-se em Chaimite onde foi capturado. Ngungunhane (Gungunhana ou Reinaldo Frederico Gungunhana), foi o último imperador do Império de Gaza no território que actualmente é Moçambique, e o último monarca da dinastia Jamine. A derrota de Gungunhane não faz cessar a resistência em Gaza. A repressão colonial também não dá tréguas” (GOVERNO DA PROVÍNCIA DE GAZA, s/d).

portanto, fazem referência ao simbolismo dos restos mortais de Ngungunhane no contexto pós-independência de Moçambique.

O escritor Mia Couto revisita o turbulento episódio do passado colonial moçambicano, percorrendo caminhos particulares e utilizando-se de diferentes recursos que traduzem a sua sensibilidade enquanto escritor. Entre os recursos utilizados pelo autor, destacam-se a mobilização de uma tradição oral, que por muitas vezes não encontra equivalências para a escrita em língua portuguesa. Segundo o escritor, portanto, as palavras nem sempre são suficientes no objetivo de traduzir mundos diversos (COUTO, 2011).

Mia Couto desenvolve o texto literário de forma a tornar o recurso da oralidade um protagonista dos enredos, bem como a privilegiar e destacar a diversidade de culturas em Moçambique. A escrita corresponde, nesse sentido, a uma língua em mutação, que parte de uma matriz europeia no que diz respeito à estrutura linguística, mas que toma as formas e as matrizes de uma cosmologia africana (CAVACAS, 2006). No que se refere à trilogia “As areias do Imperador”, os espaços ocupados pela oralidade e pela diversidade cultural são exemplificados pelos contrastes delineados de formas de ser e estar no mundo. Os contrastes são pontuados pelos personagens múltiplos que representam tanto o poder colonial quanto à resistência a esse poder, ou ainda de personagens que atuam em um ou outro espaço, não limitando-se à binaridade colonizador-colonizado.

Esses contrastes, por sua vez, percorrem também um imaginário de paisagem. Noa (2015, p. 20) salienta que a representação no espaço da literatura é um processo de produção de uma ideia de realidade, na qual se constroem espaços de liberdade e imaginação e de afirmação de linguagens capazes de codificar mundos determinados, em suma, um espaço na qual as literaturas africanas são concretizadas em projeções de alteridades, de visões de mundo e de experiências de vida que ampliam a compreensão dos sentidos da existência humana. Assim, “Mia Couto recorre sistematicamente à seiva fecundadora da(s) cultura(s) da terra da infância, procurando transmitir a constância, a unidade e o reconhecimento característicos da identidade numa intenção didáctica, iniciática e simbólica evidente” (CAVACAS, 2006, p. 69-70).

Representativo desse movimento é a forma como os personagens de “As areias do Imperador” percebem o ambiente ao seu entorno. Uma destas caracterizações é realizada por Imani Nsambe, ao diferenciar a visão dos portugueses para o espaço da casa do olhar que sua família possui.

Os portugueses não entendem o nosso cuidado de varrer em redor das casas. Para eles, apenas faz sentido varriscar o interior dos edifícios. Não lhes passa pela cabeça vassourar a areia solta do quintal. Os europeus não compreendem: para nós, o fora ainda é dentro. A casa não é o edifício. É o lugar abençoado pelos mortos, esses habitantes que desconhecem portas e paredes. É por isso que varremos o quintal. O meu pai nunca esteve de acordo com esta explicação, a seu ver demasiado rebuscada (COUTO, 2015, p. 20).

O pensamento holístico presente nesta descrição pontua uma das distinções das cosmologias moçambicanas, ou seja, de que os seres humanos se constituem como elementos de um corpo maior. O pensamento apresentado pela personagem repercute na própria compreensão do autor ao destacar que a ideia de que os seres humanos estão no centro e todo o restante vagueia ao seu redor, é uma ideia em si arrogante (COUTO, 2011). Para o escritor, “as coisas não nos rodeiam, nós formamos com elas um mesmo mundo, somos coisas e gente habitando um indivisível corpo” (COUTO, 2011, p. 21). O ambiente é apresentado como um patrimônio comum a todos e traduz a noção de uma paisagem que é resultado da cultura comum, através de suas tradições, seus mitos e suas lembranças (SCHAMA, 1996). Na narrativa construída por Couto, Imani está a todo momento envolta desse patrimônio e das visões de mundo relacionadas. No contexto colonial, essas visões resultam em uma disputa que opera tanto aspectos culturais quanto políticos e econômicos. Germano de Melo, o militar encarregado de acompanhar o percurso da guerra colonial no vilarejo de Nkokolani, representa essas discrepâncias de visões ao conversar com um trabalhador local.

— Esse ouro, esses diamantes: a quem o patrão pensa que esses minerais pertencem?
— Ora, são de quem os tirar de lá.
— É o contrário, meu senhor. São de quem os colocou lá. E quem os semeou foram os espíritos dos antepassados. Eu pergunto, vocês, brancos, pediram autorização?
— Pedimos aos vossos chefes.
— Quais?
— Os que lá mandam naquilo.
— Esses chefes não mandam na terra, nem mandam no que está dentro dela. É por isso que eu digo — continuou o indígena — que será bom que os vossos deuses nos protejam. Porque há muito que perdemos a proteção dos nossos (COUTO, 2015, p. 129).

No diálogo, é possível perceber como os recursos visados pela dominação portuguesa são identificados como posses a serem reivindicadas e assumidas pelos sujeitos que a tomam para si. Essa prática, comum nos processos de colonização ocorridos no território africano, fez parte de um plano de ação no qual para se obter o controle sobre os recursos naturais, foram acionadas outras formas de controle como os sistemas de sentidos tradicionais e as categorias éticas que orientavam as ações individuais e coletivas desses povos (SARR, 2016), incluindo, por exemplo, o

entendimento de que os recursos da terra são propriedade de quem os semeou, os antepassados, como é argumentado pela personagem. Nesse sentido, através de um sistema de inferiorização dos valores e sentidos das comunidades locais, dos seus sistemas de significação particulares e de seus quadros culturais, a dominação colonial perpassou um campo discursivo e teórico, que é problematizado por Mia Couto no decorrer da trilogia.

No decorrer da narrativa, Mia Couto apresenta as transformações sofridas pelas paisagens moçambicanas em decorrência da guerra colonial vivida pelos personagens. A presença portuguesa, assim, se faz notar no poder político imposto, nas relações humanas instigadas pelo espírito de guerra e no dismantelamento da paisagem. Em determinado momento da narrativa, quando os aldeões do vilarejo de Nkokolani buscam escapar da guerra que se aproxima, traçam o plano de esconderem-se em grandes covas cavadas na terra, liderados por Musisi, o tio de Imani Nsambe. Após derrubarem aguardente sobre o solo em respeito aos que já haviam morrido, surpreendem-se com a cena

Das vísceras da terra, de repente, surgiu a espantosa visão: um enorme depósito de armas rebrilhou ao sol e fez recuar, atarrados, os homens, que atiraram para longe pás e picaretas. De braços abertos, a tia Rosi invocou apressadamente os antepassados e pediu-lhes imunidade contra vinganças e feitiços. Vencido o primeiro receio, os homens espreitaram a cova. Ali se acumulava material bélico de uma variedade jamais vista: canhões, metralhadoras, todo o tipo de fuzis e munições, a maior parte delas ainda dentro de caixotes apodrecidos. (COUTO, 2015, p. 325)

Envoltos pela incompreensão e apreensão, os aldeões são tomados pela certeza de que a guerra trazida pelos portugueses fez dominar a própria terra de que tiram seu alimento e sustento. Assim, percebem que não apenas o solo de Nkokolani, mas todo o território ao entorno tornou-se indisposto para semear-se, a não ser os próprios materiais bélicos dos portugueses. A cena sublinha a manutenção da violência colonial que fez alterar toda a dinâmica local e a própria paisagem. A explicação para o material encontrado é realizada pelo pai de Imani, Katini Nsambe.

A Terra é um ventre. O que nela se aconchega é para ser gerado e multiplicado. E, quando no chão se depositaram armas, a Terra pensou que se tratava de sementes e fez com que esses materiais germinassem e proliferassem como se fossem plantas. [...] A Terra está confusa, meus irmãos – acrescentou. – Eu andei por dentro dela e sei do que estou a falar. (COUTO, 2015, p. 326)

A solução apresentada por Katini fazia seguir o conselho dado por sua falecida esposa em sonho, para que se desenterrassem todas as armas portuguesas. A ideia é refutada por Musisi, que apela que as armas sejam deixadas intactas na cova, como pedido de seus irmãos falecidos para que tenham alguma proteção. Em contrapartida, propõe que o grupo se dirija ao quartel instalado de

Nkokolani sob a supervisão do sargento Germano de Melo e retirem de lá as armas, “Se eles não nos defendem, teremos que o fazer nós mesmos” (COUTO, 2015, p. 237).

A guerra colonial exemplificada pelo material bélico europeu que se entranha no solo moçambicano e nos próprios sujeitos que ali vivem é demonstrada em outro momento da narrativa. Em uma das missivas escritas por Germano de Melo ao tenente português Ayres de Ornelas, o sargento narra o sonho compartilhado por Imani Nsambe. A jovem, que desde cedo tem sonhos em que vivencia a experiência da gravidez e do parto, em circunstâncias sempre extraordinárias, havia sonhado estar grávida das armas portuguesas.

Esta noite a moça foi atacada por um pesadelo que era recorrente no passado, mas que deixara de a visitar desde que saíra de Nkokolani. A verdade é que ela voltou a sonhar que tinha engravidado. Cumpriam-se os nove meses, nada aconteceu. Ao fim de um ano de gravidez a barriga tornou-se-lhe imensa, mais do que as pernas podiam suportar. Os seis escapavam-se-lhe da blusa, jorrando leite como copiosas fontes. Até que, por mim, sucederam as dores de parto. Logo no primeiro espasmo emergiu-lhe do ventre uma catana. As parteiras recuaram aterradas. Regressaram, pé ante pé, para espreitar aquela assombração. Depois da catana, das suas entranhas assomou uma azagaia e, quando as contrações pareciam terminadas, despontou ainda uma pistola. As armas saíram-lhe do corpo, uma por uma, e ainda não se tinha refeito dos espasmos e já a notícia se tinha espalhado pela região. Vieram os guerreiros, quiseram tirar-lhe as armas, mas ela opôs-se com firmeza: Ninguém toca nos meus filhos! (COUTO, 2016, p. 208)

O sonho descrito por Germano enfatiza a condição e o alcance da guerra colonial representado por Mia Couto no seu texto literário. Através das imagens simbólicas, Imani dá luz à própria guerra ou ainda faz nascer os instrumentos que propiciarão sua continuidade no solo africano. De todo modo, protege seus “filhos” do alcance daqueles que usarão dos instrumentos para combater. O enlace materno que a envolve torna-a, ainda que no plano dos sonhos, responsável tanto pela manutenção da guerra como pela sua interdição. Ainda assim, em condições arbitrárias.

As incompatibilidades entre o mundo colonial representado por europeus e moçambicanos também é manifesto no texto literário. Exemplo disto é o desabafo narrado pelo comandante militar António Sérgio de Sousa em carta destinada ao Sargento Júlio Araújo, documento que é traduzido por Imani Nsambe. Na missiva, o militar confessa que apesar de ter nascido na África e ter aprendido com a mãe a compreender muitos dos aspectos daquele território, tem consciência da sua limitação para realmente olhar o mundo e capturar seus elementos mais particulares

As árvores são como as pessoas, dizia. Não nos damos conta de que o que nelas vemos é apenas o que está à superfície. O que nos falta ver, nas árvores e nas pessoas, é o próprio tempo, esse infinito tecelão. As raízes, garantia a minha mãe, são como as histórias das nossas vidas. Quem as vê? Pois nós, meu sargento, passamos um pelo outro como quem passa por uma árvore e não vê senão sombras. Não nos conhecemos, meu caro Araújo. E talvez seja melhor assim. Não temos de fingir que nos despedimos (COUTO, 2018, p. 205-

206).

As sombras vistas pelo comandante militar traduzem a incompatibilidade de conceitos entre o mundo visto por essas personagens moçambicanas e a noção de dominação de um mundo natural representada nas figuras europeias. Visões tão limitadas em relação a esses universos plurais, nesse sentido, podem surgir como limitações da própria ação colonial portuguesa. Em certo ponto da trama, Germano de Melo é suscitado com dúvidas, ao se questionar se poderia uma nação como a sua possuir território tão extenso como o africano, se realmente poderia um dia Portugal possuir “terras que não acabam num único mapa-mundo?” (COUTO, 2015, p. 130).

A água enquanto elemento sagrado para as comunidades tradicionais moçambicanas, representa uma resposta às tentativas de dominação do poder colonial. Em toda a trilogia, os personagens criados por Mia Couto desenvolvem na aproximação com este elemento, um campo de resistência e de manifestação dos seus modos de ver e viver, marcando a singularidade das relações entre seres humanos e ambiente. Schama (1996) destaca em sua obra o caráter imaginativo da paisagem como resultado das aspirações e lembranças da mente humana, enquanto Bachelard (1997) valoriza o caráter de totalidade da água, identificando o elemento enquanto uma realidade poética completa, com corpo, alma e voz.

As águas, assim, representam as vozes dos diversos elementos que compõem o mosaico da paisagem, incluindo a voz humana (BACHELARD, 1997). Desse modo, no âmbito do texto literário, o mar representa uma poderosa barreira contra as forças inimigas locais e contra o poder colonial lusitano. Ao tratar do elemento da água na narrativa de “As areias do Imperador”, Mia Couto destaca que

Se você verificar tudo que é, a espiritualidade, a religiosidade dos moçambicanos é muito marcada pela água. Aqui não há a ideia de um céu, as pessoas não vão para um céu, o céu só é importante porque lá está a chuva, lá mora a chuva. É importante porque é uma residência da água, uma residência transitória. Mas os espíritos moram nas lagoas. Não para os Ngunis, que digamos, tem o mar como um lugar interdito. Mas as culturas do norte de Moçambique já têm essa relação com o mar como um lugar mitológico¹¹.

Imani, que passou sua infância no litoral moçambicano, relembra em certo momento da narrativa, uma memória de quando criança e do entendimento presente em sua família e comunidade de que o mar era “um domínio sem nome e interdito pelos deuses” (COUTO, 2015, p.222). Na memória, recorda como essa visão sobre o mar foi vivenciada pelo avô, Tsangatelo,

11 COUTO, Mia. Entrevista oral: “As areias do imperador”. Joinville, 2020. Entrevista concedida a Julio Cesar Vieira.

quando fugia do exército de Ngungunhane.

Foi por acidente que o avô descobriu aquela fragilidade nos inimigos. Certa vez, escapava ele pelo areal, correndo comigo nos braços. Atrás de nós vinham os timbissi, o pelotão de execução do imperador de Gaza. Na sua corrida cega, o avô acabou tropeçando nas amarras de uma velha embarcação. Em desespero, fez uso do barco e remou para além da rebentação. Foi nesse momento que descobriu que o mar era uma fronteira: a bravura das ihimpis afundava-se na areia molhada da praia. Em posteriores casos se confirmou a suspeita: os VaNguni jamais ousavam entrar no mar. Temiam não exatamente as águas, mas os espíritos que nelas moram (COUTO, 2015, p. 222- 223).

Em outro momento da narrativa o caráter sagrado da água é demonstrado no relato de Dabondi, umas das esposas do imperador Ngungunhane, capturada junto à corte do imperador moçambicano e levada para Portugal. Dabondi, que naturalmente receberia o título de rainha em razão de seu casamento com Ngungunhane, recusa o título, assumindo, ao revés, a identidade de nyamossoro, uma curandeira. Durante a viagem que transporta a aprisionada corte de Ngungunhane para seu destino final em terras portuguesas, Dabondi relata para Imani a origem desta identidade.

Foi na adolescência, disse ela. Aconteceu antes de ser tomada como esposa do rei. Todas as manhãs observava uma aranha a entrar e a sair de uma cova no pátio da sua casa. Nas patas, o bicho carregava orvalho para o fundo da terra. Trabalhava como um mineiro às avessas: tirava do céu para acumular no subsolo. Aquela ocupação prolongara-se há tanto tempo que, no fundo da toca, foi nascendo um extenso lago subterrâneo. A rainha quis ajudar o bicho nas suas húmidas escavações. Numa madrugada sem orvalho trouxe uma taça de água, que deixou à entrada da toca. Mas a aranha recusou a gentileza, sorrindo: Isto que faço não é um trabalho, é apenas uma conversa. E acrescentou: Reconheço o quanto sofres, é preciso muita solidão para se reparar em criaturas tão pequenas como eu. Em sinal de gratidão, o bicho ensinou-lhe o idioma da água (COUTO, 2018, p. 17-18).

O conhecimento do idioma sagrado da água, ensinado pela aranha, torna Dabondi uma nyamossoro, destacando-a das outras esposas do imperador. Dabondi passa a exercer um papel fundamental na vida de todos os prisioneiros do exército português que são forçosamente levados ao exílio. A linguagem das águas como um presente entregue por uma aranha em gratidão à Dabondi faz alusão às fronteiras que distanciam simbólica e fisicamente portugueses e moçambicanos. Trata-se, sobretudo, de pensar sobre os conhecimentos que escapam à lógica colonial e que existem e resistem através das frestas, ou seja, os espaços onde a existência reguladora do poder colonial não atinge, espaço onde eclodem as táticas de resiliências que dinamizam os poderes e desarticulam a estrutura ideológica dominante, deixando evidente suas limitações (SIMAS; RUFINO, 2018, p. 14).

Coelho (2004) traz o exemplo da etnia Tauara, do grupo shona, pertencente ao distrito de Tete, em Moçambique para explicar as histórias que relembram os espíritos das águas fazem parte de um capital de conhecimentos tradicionais que são utilizados em contextos de tensões concretas

de poder, no qual são evidenciados outros saberes historicamente constituídos através de processos de acumulação e adaptação.

No complexo de conhecimentos dessa etnia, assenta-se a crença de que após a morte, os espíritos de alguns indivíduos considerados importantes para a comunidade são encarnados em animais, especialmente o leão, conhecido localmente como *'m'phondoro*. O espírito encarnado, por sua vez, retorna ao convívio de sua comunidade de origem pela mediação de um médium ou mvula, termo que designa o médium do espírito e da chuva, indivíduo com estatuto socialmente reconhecido. Esse espírito reencarnado atua como conselheiro para a sua comunidade, especialmente nas questões envolvendo as produções agrícolas e tudo relacionado à água.

Nesse sentido, o diálogo traçado por Mia Couto em seu texto literário com as referências coletivas oriundas de saberes tradicionais evidencia a profunda interação e diálogo pelo qual as literaturas africanas se constituem (NOA, 2015). Este diálogo sinaliza a noção de construção de paisagens, que no caso moçambicano, foi influenciada pela ação colonial, mas que por diferentes percursos e recursos, reinventou um caminho próprio, em um processo de trocas e resistências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar da guerra colonial empreendida pelo governo lusitano em finais do século, episódio caracterizado pela extrema violência física e simbólica cometida pela ação colonial a fim de invisibilizar os sujeitos moçambicanos e seus modos de ser e existir, Mia Couto faz lembrar as marcas deixadas por este processo. Torna-se, assim, uma ação que caracteriza as marcas da colonialidade diante do passado colonial moçambicano, ou seja, a lógica global de desumanização que esteve associada com o advento da modernidade e dos modelos ocidentais de desenvolvimento e dominação (MALDONADO-TORRES, 2020).

Uma proposta de modernidade definida na oposição aos valores, aos sistemas de referência e aos epistemes oriundos das tradições africanas (SARR, 2019). Como destaca Chaves (2019, p. 3)

Quatro décadas após as independências dos países africanos da metrópole portuguesa, são muitos os sinais que evidenciam a permanência do legado que a experiência da dominação impôs, mantendo-se a certeza de que a expansão europeia e o sistema colonial venceram a realidade para muito além do continente de onde saíram os barcos e recortam o presente nas muitas margens tocadas pelos invasores.

O legado colonial herdado pelas nações africanas como Moçambique demanda um trabalho

à parte, em razão de suas complexas configurações e imbricações. De todo modo, a análise de textos literários como “As areias do imperador” pela perspectiva interdisciplinar da história e do patrimônio, possibilitam capturar algumas destas complexidades, como buscou-se apresentar. Fator importante para o entendimento desse legado é pensar as marcas da colonialidade em suas distintas esferas, como a da colonialidade do poder (QUIJANO, 2009), colonialidade do saber (MIGNOLO, 2003) e a colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2007). Todas estas esferas são demonstradas, em algum nível, pelo escritor Mia Couto em sua obra.

Compreender o legado colonial e a relação estabelecida no presente com o passado inscreve-se na perspectiva decolonial. Assim, torna-se possível refletir sobre os sentidos comuns, buscando entender os “modos pelos quais sujeitos colonizados experienciam a colonização” (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 29), ao passo em que são constituídas rupturas com a lógica colonial e o avanço para estabelecer outros referenciais para o futuro. O futuro, neste movimento narrativo, é esse lugar que habita o espaço mental e que deve tornar-se objeto de um pensamento prospectivo (SARR, 2019), disposto e articulado através do pensamento, das redes de saberes e das artes, de forma geral.

O texto ficcional, nesse sentido, propicia leituras sobre esses diversos mundos que contemplam os imaginários e as cosmovisões moçambicanas e que pelo processo colonial português foram invisibilizadas no discurso oficial eurocêntrico, passando a existir e resistir nas rotas de fuga. Por um lado, as manifestações da colonialidade ocultam e invisibilizam tudo aquilo que representa a existência desses indivíduos, por outro, a decolonialidade busca retirar esse manto de invisibilidade, revelando a diversidade de sujeitos, culturas e visões de mundo.

A literatura escrita por Mia Couto, no que tange ao patrimônio ambiental, possibilita pensar nos traços e aspectos que caracterizam as comunidades moçambicanas, particularmente aquelas vinculadas à uma rede de saberes tradicionais e de apreço pela ancestralidade. Pensar o patrimônio ambiental no contexto ecoado por Mia Couto em sua obra literária, evoca a ideia holística de interação entre sujeitos e paisagens. O ambiente, neste caso, não é visto como um elemento a ser dominado, utilizado e destruído, como fez acreditar o projeto colonial. Ao revés, a definição de um patrimônio ambiental comum representado pelas relações dos personagens com os seus espaços, atende a noção de que a vida cotidiana nos seus mais diversos aspectos se faz acontecer pelo e no ambiente, em um palco de influências compartilhadas. No mais, evidencia o papel singular deste patrimônio, somado a outros tantos aspectos, na escrita da história e do entendimento da existência de mundos plurais, celebrado por múltiplas perspectivas.

REFERÊNCIAS

- ALÓS, Anselmo P. Subalternidade, representação e mercado: o que escrevem as moçambicanas? **Anuário de Literatura**, v. 20, n. 2, p. 165-180, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-717917.2015v20n2p165>. Acesso em: 07 nov. 2021.
- BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.
- CABAÇO, Jose Luis de Oliveira. Moçambique: identidades, colonialismo e libertação. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05122007-151059/pt-br.php>. Acesso em: 24 nov. 2020.
- CAN, Nazir Ahmed. **O campo literário moçambicano**: Tradução do espaço e formas de insílio. São Paulo: Kapulana, 2020.
- CAVACAS, Fernanda. Mia Couto: palavra oral de sabor cotidiano/palavra escrita de saber literário. In: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (orgs.). **Marcas da diferença**: as literaturas africanas de língua portuguesa. São Paulo: Alameda, 2006.
- CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso (orgs.). **A História contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHAVES, Rita. Autobiografias em Moçambique: a escrita como monumento (2001-2013). **Rev. História**. São Paulo, n. 178, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/143657>. Acesso em: 03 nov. 2021.
- COELHO, João Paulo Borges. Estado, comunidades e calamidades naturais no Moçambique rural. In: SANTOS, Boaventura Sousa (org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Afrontamento, 2004.
- COSTA E SILVA, Alberto da. **Imagens da África**: (da Antiguidade ao Século XIX). 1º ed. São Paulo: Penguin, 2012.
- COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?**: e outras interinvenções. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. **Mulheres de Cinzas**: as areias do imperador: uma trilogia moçambicana. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- _____. **Sombras da água**: as areias do imperador: uma trilogia moçambicana. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- _____. **O bebedor de horizontes**: as areias do imperador: uma trilogia moçambicana. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de outro modo: el programa de investigación de

modernidad/colonialidade latinoamericano. **Tabula Rasa**, n. 1, p. 51-86, Ene.-Dic. 2003

GARCIA, José Luís Lima. O mito de Gungunhana na ideologia nacionalista de Moçambique. In: TORRALBA, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (orgs.). **Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 131-147.

LARANJEIRA, Pires. Mia Couto, o escritor improvável. *Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v.1, n.1, p. 57-62, 2012. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/3601>. Acesso em: 02 abr. 2021.

MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGUÉL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

_____. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOURANA, Benilde; SERRA, Carlos Sousa. **20 passos para a Sustentabilidade Florestal em Moçambique**. Maputo: Amigos da Floresta/Centro de Integridade Pública, 2010.

MUDIMBE, V. Y. **A invenção da África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

NEVES, Margarida de S. História da crônica. Crônica da história. In: RESENDE, B. (org.), **Cronistas do Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, pp. 15-31.

NOA, Francisco. **Uns e outros na literatura moçambicana: Ensaios**. São Paulo: Kapulana, 2018.

_____. **Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária**. São Paulo: Kapulana, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação entre História e Literatura e Representações das Identidades Urbanas no Brasil (século XIX e XX). In: **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n. 4, dezembro de 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6158/3652>. Acesso em: 18 ago. 2021.

PRÊMIO JAN MICHALSKI. Edição 2020. Disponível em: <http://www.fondation-janmichalski.com/en/prix-jan-michalski/edition-2020/>. Acesso em: 7 maio 2021.

PORTUGUÊS, RFI. Mia Couto lança versão francesa de “As areias do Imperador”. 1 vídeo (21min 57s). Disponível em: <https://fb.watch/5V3voelyYn/>. Acesso em: 17 março 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

RODRIGUES, Eugénia. Alimentação, saúde e império: o físico-mor Luís Vicente de Simoni e a nutrição dos moçambicanos. **Arquipélago - Revista da Universidade dos Açores**, p. 617-656, 2005. Disponível em: <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/436>. Acesso em: 28 maio 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

SARR, Felwine. **Afrotopia**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato**: a ciência encantada das macumbas. 1º ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

VIEIRA, Julio Cesar; MEIRA, Roberta Barros; MORAES, Taiza Mara Rauen. Do outro lado da paisagem: “As areias do imperador” de Mia Couto na discussão do patrimônio ambiental. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: DIREITOS HUMANOS, SENSIBILIDADES E RESISTÊNCIAS, 18, 2020, Criciúma. **Anais eletrônicos** [...]. Criciúma: Unesc, 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.sc.anpuh.org/anais/trabalhos/comunicaoral>. Acesso em: 18 ago. 2021.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas**: Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

WAGNER, Ana Paula. A administração da África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII: Notas para o estudo da região de Moçambique. **História Unisinos**, v. 11, n. 1, p. 72-83, 2007. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5877>. Acesso em: 14 nov. 2021.

ZAMPARONI, Valdemir. **De escravo a cozinheiro**: colonialismo e racismo em Moçambique. 2º ed. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2012.